

Dúvidas sobre eficácia do 'arrocho'

Carta é apenas formalidade, diz empresário

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, disse ontem, na cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul (a 152 quilômetros de Porto Alegre), que não acredita que o Brasil possa cumprir os compromissos que assumiu com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em sua quinta carta de intenções. A começar pela contenção do índice inflacionário em 105%, que ele considera inviável. "A política econômica que está sendo desenvolvida pelo governo federal", disse, "até agora não conseguiu reduzir a inflação. Não vejo relevância na definição desse número (105%), porque isso se tornou uma mera formalidade da área econômica brasileira, que já descumpriu quatro cartas de intenções. Portanto, não será novidade o descumprimento de uma quinta".

Para Valente, as cartas de intenções são "formalidades legais para rolagem dos juros da dívida externa": "Os financiamentos obtidos têm a finalidade de regularizar, pura e simplesmente, os atrasos nos pagamentos de juros do Brasil, ficando os recursos em sua quase totalidade com os próprios banqueiros internacionais". Isto, explicou, "significa que não é muito difícil para o FMI aceitar tais promessas". O presidente da Federasul acrescentou: "Embora algumas autoridades brasileiras neguem este fato, recebi a informação, em São Francisco, do próprio vice-presidente do Bank of America, um dos principais credores do Brasil no Exterior. Apenas 20% do último empréstimo-jumbo, de US\$ 6,5 bilhões, obtido pelo Brasil, virão para o País, para ficar como caixa nas transações internacionais de petróleo.

1984 "arrocho" monetário que o governo pretende fazer até setembro poderá ser impraticável, se a inflação continuar nos níveis em que se encontra, e corre o risco de ser ineficiente por atingir apenas um segmento dos recursos em circulação. Além disso, a redução da oferta de moeda poderá provocar uma elevação das taxas de juros.

Essas foram as principais conclusões a que chegaram economistas e banqueiros ao analisar ontem o memorando técnico de entendimentos que o Brasil encaminhou ao Fundo Monetário Internacional. Yuichi Tsukamoto, diretor da Sharp e professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, disse que o controle da base monetária pode ser ineficiente porque esse item representa pouco mais de 50% dos meios de pagamento que, por sua vez, atingem pouco mais de 15% do ativo financeiro.

O importante é controlar essa massa global de recursos, que em muitos casos funciona quase como depósitos à vista mas que alimenta a inflação porque é quase toda corrigida monetariamente (Indexada). Tsukamoto lembrou que foi acusado de pessimismo em novembro do ano passado quando previu para 84 inflação de 178,5%, índice que o governo agora já estima em 176,2%. Com relação ao volume de recursos externos previstos para este ano, o diretor da Sharp disse ser muito vago, uma vez que não se divulgou ainda a situação definitiva de caixa do País no final do ano passado.

Gilberto Dupas, vice-presidente financeiro do Banco do Estado de São Paulo, disse que é evidente a preocupação do governo em mostrar bons resultados ao Exterior e reconheceu que em algumas áreas os números obtidos até agora são efetivamente muito bons. O número mais expressivo é o do superávit comercial, superior a US\$ 1,4 bilhão nos dois primeiros meses do ano. "Para o mês de março já se fala em um saldo positivo de US\$ 1 bilhão", disse Dupas.

A inflação, segundo ele, conti-

nuará ainda por alguns meses correndo na faixa de 170% a 200% ao ano, e poderá ser mais ou menos reduzida dependendo dos resultados da safra agrícola, do controle efetivo da expansão monetária e da capacidade de controle de preços. Para este mês a taxa ainda será alta, mas, como em fevereiro o índice atingiu 123,3%, é muito provável que haja uma queda em relação a fevereiro.

Tatsuo Hiranuma, vice-presidente do Banco de Tokyo, disse que algumas metas explicitadas no memorando são bastante otimistas, entre elas a taxa de 24,35% de expansão da base monetária para o período janeiro a setembro ou de 21,9% para os meios de pagamento nesse mesmo período. "Se a inflação cair, essa meta poderá ser alcançada, mas no nível em que se encontra haveria uma restrição muito grande do crédito", disse Hiranuma.

"PRIME RATE"

A alta de 0,5% na taxa cobrada pelos bancos norte-americanos a seus credores preferenciais já era esperada e não surpreendeu o mercado. O vice-presidente do Banco de Tokyo não vê nessa alta indicador de uma nova tendência de elevação dos juros no mercado financeiro internacional.

Os banqueiros, de modo geral, acreditam que a **prime** poderá chegar até 12,0 ou 12,5% no máximo, mas não aceitam a hipótese de 13,0% levantada por alguns economistas norte-americanos. O representante de um grande banco norte-americano disse que a reativação da economia não foi ainda suficiente para aumentar a demanda de crédito e provocar alta dos juros. "A **prime** reflete apenas a inabilidade do governo Reagan que continua pressionando o mercado financeiro para financiar o déficit público. A alta da **prime** decorre também de uma tendência natural de acompanhamento da **Libor** (taxa interbancária de Londres) que em um mês subiu de 10% para 11%" disse o banqueiro dos EUA.